

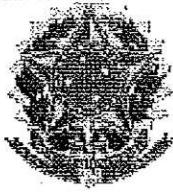


MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

10ª Reunião Ordinária Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

02 de fevereiro de 2006

**BRASÍLIA-DF
2006**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -
SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

1

2 **ATA DA 10^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL**
3 **DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR**

4

5

6 **ABERTURA** - Aos dois e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e
7 seis no Auditório-térreo/Bloco A, da Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, reuniram-se, em
8 caráter ordinário, os seguintes representantes do Governo Federal e das entidades da
9 Sociedade Civil que compõem o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial -
10 CNPIR: **Ivanildo Franzosi** – Casa Civil da Presidência da República; **Ana Maria Costa** -
11 Ministério da Saúde; **Celso Lourenço Moreira Correa** – Casa Civil da Presidência da
12 República; **Teresinha G. Maglia** – Ministério da Justiça; **Andréa de Castro Bicalho**, Ministério
13 da Ciência e Tecnologia; **Alessandra Velloso**, Ministério da Integração Nacional; **Sidnei**
14 **Sousa Costa Souza Costa**, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da
15 República; **Aderval Costa Filho**, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
16 **Kelma Cruz**, Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Deborah Silva Santos**, Ministério da
17 Educação; **Hildézia Medeiros**, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
18 **Meyre France Leão**, Ministério dos Esportes; **Lylia Silva Guedes Galetti**, Ministério do Meio
19 Ambiente; **Eunice Lea de Moraes**, Ministério do Trabalho e Emprego; **Andrea Giovanetti**,
20 Ministério das Relações Exteriores; **Regina Adami** – Secretaria Especial de Mulheres; **Renata**
21 **Leite**, Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Fábia Oliveira Martins de Souza**, Ministério do
22 Planejamento; **Martha Rosa F. Queiroz** – Fundação Palmares; **Everaldo Conceição Duarte** –
23 Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-brasileira – Intecab, titular; **Anita Schuartz** –
24 Confederação Israelita do Brasil – Conib, titular; **Emir Saleh Mourad** **Saleh Mourad** –
25 Confederação Árabe Palestino do Brasil – COPAL, suplente; **Ronald Siqueira Barbosa** –
26 Associação Brasileira de Rádio e Televisão - ABERT, titular; **Flávio Jorge Rodrigues da Silva**
27 – Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN, titular; **João Carlos Pio de Souza** –
28 Agentes de Pastorais Negros - APN, titular; **Lúcia Maria Xavier de Castro** – Articulação de
29 Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, titular; **Oliveira Silveira**, representante com
30 notório reconhecimento das relações raciais; **Maria Cristina Nascimento**, Instituto Ethos,
31 titular ; **Eduardo Oliveira**, Congresso Nacional Afro Brasileiro; **Cláudio Domingos**

32 **Iovanovitchi**, Associação da Preservação da Cultura Cigana; **Deise Benedito**, Fórum
33 Nacional de Mulheres Negras; **João Bosco de Oliveira Borba de Oliveira Borba**, Associação
34 Nacional do Coletivo de Empresários Afro Brasileiros, Anceabra; **Silvia Julião Marcelino**,
35 Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial, Inspir; **Maria Rosalina dos Santos**,
36 Coordenação Nacional de Quilombos, Conib; Sérgio Niskier, Confederação Israelita do Brasil,
37 suplente. **Oraida Abreu**, abriu os trabalhos da 10ª Reunião Ordinária, saudou a todos e a todas
38 pelo Dia de Iemanjá, informou sobre procedimentos administrativos referentes à devolução dos
39 bilhetes aéreos, enfatizando a necessidade do encaminhamento de relatório de viagem e
40 respectivos tickets após cada reunião, em seguida passou coordenação dos trabalhos à
41 palavra à Ministra Matilde Ribeiro, que saudou a todos e a todas pelo Dia de Iemanjá, disse
42 que seria uma reunião de balanço e explicou que a Seppir terminou 2005 com a tarefa de
43 finalizar o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, como marco das políticas públicas
44 nacionais e referência normativa em políticas de ações de governo. O Plano terá um período
45 curto para o processo de elaboração, em decorrência da tramitação, necessária, junto a Casa
46 Civil. Assim, o prazo final definido para a conclusão dos trabalhos do **Grupo de Trabalho**
47 **Interministerial-GTI**, será 08 de março, havendo possibilidade de prorrogação. Finalizou
48 dizendo, que a reunião se propõe a avaliar as políticas e encaminhar projetos do Conselho
49 para 2006. Em seguida, discorreu rapidamente sobre a agenda dos dois dias e informou que A
50 Secretaria realizou em conjunto com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres uma
51 oficina com mulheres negras, representantes de entidades nacionais, quando se fez um
52 balanço de políticas e apresentação de ações de governo. Declarou aberta a reunião. **ITEM I –**
53 **BALANÇO DAS POLÍTICAS DE GOVERNO 2003/2005 E PERSPECTIVAS PARA 2005.** A
54 **Ministra Nilcélia Freire**, depois de saudar a todos e a todas, agradeceu à Ministra Matilde
55 Ribeiro pelo convite e iniciou a sua apresentação falando sobre as políticas sociais do governo
56 do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dentro das perspectivas nacional e internacional, e o
57 campo de atuação da Seppir e SPM no sentido de se pensar transversalmente as políticas
58 gerais de governo, além dos direitos dos cidadãos e cidadãs, no âmbito da ONU, com a
59 ampliação do conceito de direitos humanos, direitos civis, direitos políticos, culturais e
60 econômicos, com ênfase na ampliação dos direitos no Brasil. Em seguida discorreu sobre a
61 política para as mulheres no Brasil nos últimos três anos e sobre o desenvolvimento de
62 convênio e parcerias. Logo depois falou rapidamente o Plano Nacional de Política para as
63 Mulheres que, apesar das dificuldades para implementá-lo, já foi pactuado com entes
64 federativos, com estados e municípios já conta com a participação de 17 ministérios e
65 secretarias com ações previstas dentro do plano. Disse que a participação das companheiras
66 do movimento social de mulheres, do movimento feminista, participação é absolutamente
67 indispensável, com uma série de situações que vão para além do controle social, no auxílio ao
68 desenvolvimento de campanhas para a capacitação de a gentes públicos, na medida em que

69 tenham a sensibilidade maior daqueles que estão vivendo as situações, mas não têm a
70 responsabilidade da execução de políticas. Isso nos cabe, não podemos nos eximir dessa
71 responsabilidade. E afirmou que do ponto de vista da Secretaria de Política para as Mulheres o
72 trabalho ali realizado tem muito a ver com a Seppir e com a Secretaria de Direitos Humanos,
73 com a criação de espaços novos, com a obrigação de serem também inovadores na sua
74 gestão e na sua forma de trabalho, e que, portanto, se inaugura neste governo, desde o seu
75 início, a palavra transversalidade, inicialmente pouco compreendida, mas cada vez mais
76 compreendida e assimilada pelos a gentes de governo, embora ainda não no ponto que se
77 gostaria, mas, certamente, nessa perspectiva de processo, com o avanço, na compreensão de
78 que determinados temas não são exclusivos de uma determinada área, e já que as
79 desigualdades são estruturantes, dos processos de exclusão na nossa sociedade, as
80 desigualdades de gênero e raça, não devem ser tratadas num espaço isolado, mas devem ser
81 tratados por todos os governos, e trabalhadas no seio de todas as políticas a serem
82 implementadas, assim como a questão dos direitos humanos. Finalizou dizendo tratar-se de um
83 processo penoso mas gratificante, construído a cada dia, dentro da perspectiva da construção
84 de um país, soberano, justo, e igualitário. Na seqüência passou a palavra ao **Dr. João**
85 **Domingos Fassarella**, que começou sua exposição falando sobre a política desenvolvida pelo
86 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com ênfase no Programa Bolsa
87 Família, que atendeu em 2005, 8,7 milhões de famílias e pretende atingir em 2006 11 milhões
88 de famílias. Explicou que no programa foi encontrada uma associação entre a população negra
89 e a população mais pobre, e discorreu sobre as políticas do ministério para a populações
90 negras e indígenas, como o cadastramento da população quilombola e ações na área de
91 segurança alimentar, além da possibilidade das famílias assistidas pelo Bolsa Família adquirem
92 condições de saírem da pobreza, visando à sua inclusão produtiva. Em seguida falou sobre as
93 perspectivas para 2006, com ênfase na consolidação do Projeto Bolsa Família e o incentivo às
94 ações complementares do programa. E finalizou dizendo reconhecer o tamanho do desafio,
95 mas afirmou confiança no alcance dos objetivos, via articulação com a sociedade civil e entes
96 públicos, visando a reduzir a extrema pobreza e a histórica desigualdade existentes do nosso
97 País. A **Ministra Matilde Ribeiro** agradeceu à Ministra Nilcéia Freire e ao Dr. Fassarella pelas
98 apresentações e em seguida falou sobre o Programa Luz para Todos, que atendeu a 2
99 milhões de pessoas, inclusive populações quilombolas e indígenas, e falou também do Prouni,
100 que ofereceu 71.905 bolsas integrais e 40.370 bolsas parciais, também atendendo a
101 afrodescendentes e indígenas, sendo que os afrodescendentes em quantidade bem maior que
102 os indígenas. O **Conselheiro João Bosco de Oliveira Borba** disse que pela primeira vez se
103 está debatendo a questão da economia para a maioria e não para um setor econômico e
104 perguntou quais eram as ações, dentro da questão do empreendedorismo, para as famílias que
105 têm fome? A **Conselheira Alessandra Velloso** disse que tem tentado, no Ministério da

106 Integração Nacional, inserir as populações negras rurais microrregionais, mas se sente sozinha
107 dentro do ministério, pelo que conclamou os colegas de outras entidades a ajudá-la na sua
108 missão. O **Conselheiro Cláudio Domingos Iovanovitchi** identificou como algozes do povo
109 cigano brasileiro o CEP – Código de Endereçamento Postal – e o IBGE – Instituto Brasileiro de
110 Geografia e Estatística. O primeiro porque não permite que os ciganos tenham endereço e o
111 outro porque não considera o povo cigano em suas estatísticas. A Conselheira Anita Schuartz,
112 disse que por solicitação do governo a comunidade judaica participou do Programa Fome Zero,
113 com a adoção da cidade de Itinga, e perguntou se existem ações semelhantes àquela. A
114 **Conselheira Ana Maria Costa** informou que a OMS criou uma comissão sobre determinantes
115 sociais em saúde e há um movimento da sociedade civil latino-americana para integrar essa
116 comissão. Informou também que dentro da política de implementação de saúde para a
117 população negra, foram criados comitês de promoção da equidade da saúde da população
118 negra no campo, os ciganos e GLTB. Na seqüência foi passada a palavra à **Ministra Nilcéia**
119 **Freire**, que afirmou sonhar com um modelo de gestão à semelhança dos relatórios de impacto
120 ambiental, os RIMAs, para a formulação das políticas e se ter mais eficácia e eficiência nas
121 políticas. Voltou a aludir ao Programa Luz para Todos e seus impactos na vida das mulheres,
122 que, por terem geladeira, passaram a armazenar alimentos. Discorreu ainda sobre o fato de
123 que em algumas comunidades, quando perguntado aos homens qual o local que deveria ser
124 iluminado, eles respondiam que era o campo de futebol, no entanto as mulheres respondiam
125 que era o caminho que levava para a escola. E, respondendo à Conselheira Alessandra
126 Velloso, disse que iria, certamente, procurá-la no Ministério da Integração Nacional. E finalizou
127 dizendo que no Chile foi criado, há quinze anos, um Plano Nacional de Igualdade e
128 Oportunidades, que permitiu avanços importantes na gestão pública e espera que no Brasil se
129 possa construir políticas como esta. Na seqüência foi dada a palavra ao **Dr. João Domingos**
130 **Fassarella**, que fez um comentário no sentido de que existe uma orientação para que os
131 cartões do Bolsa Família sejam entregues preferencialmente às mulheres, pois estas têm maior
132 compromisso com o dinheiro recebido, ao contrário dos homens, que o gastam com cerveja. E
133 disse também que foi feita pesquisa pelo Instituto Vox Populis e lhe chamou a atenção o fato
134 de que os usuários do Bolsa Família eram predominantemente as mulheres. Respondendo ao
135 Conselheiro Cláudio Cigano, lembrou que há de se dar maior atenção às comunidades
136 ciganas, inclusive com ênfase na extensão do Bolsa Família para aquelas comunidades, além
137 de programas de capacitação, em parceria com o BNDES e o Ministério da Integração
138 Nacional. Quanto à questão levantada pela **Conselheira Anita Schuartz**, declarou-se
139 penalizada, porque considera uma boa experiência a parceria com a comunidade judaica e
140 informou que irá determinar que se restabeleça o contato com o objetivo de ampliar a parceria.
141 Finalizou agradecendo o convite e disse que o ministério, em especial o Ministro Patrus
142 Ananias, estão à disposição do Conselho. A **Ministra Matilde Ribeiro**, aludindo à experiência

143 exitosa de Itinga, propôs que fossem ampliadas as parcerias de maneira articulada entre entes
144 públicos e sociedade civil. Em seguida, passou a palavra para secretária **Oraida Abreu**, que
145 agradeceu a presença de todos e informou os pontos de pauta para os trabalhos da tarde.
146 Logo após abriu-se intervalo para o almoço, tendo sido reiniciada a reunião às 14h30min. A
147 secretária **Oraida Abreu** abriu os trabalhos informando que o ponto de pauta previa o trabalho
148 em grupo mas optou-se por fazer a discussão no coletivo, além de convidar um conselheiro
149 para compor a mesa. **ITEM II REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE**
150 **IGUALDADE RACIAL - GRUPO I. COMUNIDADES TRADICIONAIS.** A **Subsecretaria de**
151 **Ações Afirmativas, Maria Inês Barbosa**, fez uma apresentação sobre as políticas de ações
152 afirmativas, com ênfase no trabalho doméstico de mulheres negras, na escolarização dessas
153 mulheres, no sistema de cotas em universidades, e no Projeto A Cor da Cultura, na área de
154 saúde e no processo de implementação da Lei nº 10.639, com a recuperação da memória do
155 primeiro embaixador negro, Raimundo Dantas, que serviu em Gana, inclusive com o
156 compromisso do Presidente Lula de recuperar a casa onde viveu o embaixador naquele país,
157 além de questões como culinária, religião e violência. Falou também de como a imprensa vê a
158 atuação da Seppir, lançando críticas à secretaria de racializar o debate. A **Conselheira Deise**
159 **Benedito** abordou o tema segurança pública, com ênfase nas questões de abordagem policial
160 e situação carcerária dos negros. A Secretária **Oraida Abreu** propôs rever a dinâmica dos
161 trabalhos no sentido de otimizá-los e em seguida passou a palavra ao **Dr. Trindade**,
162 **Subsecretário de Comunidades Tradicionais**, que iniciou a sua exposição chamando a
163 atenção para o fato de que o ano de 2006 será curto em por conta da agenda eleitoral e fez um
164 paralelo entre a gestão do Governo Lula e os governos anteriores, com saldo bastante positivo
165 para os três anos do governo atual. Iniciando a sua exposição, abordou o tema religiões de
166 matriz africana. Em seguida discorreu sobre a distribuição de cestas alimentares e também
167 sobre as atividades previstas para este ano, com ênfase nas religiões de matriz africana, povos
168 indígenas, comunidades ciganas e quilombolas. Discorreu ainda sobre os temas regularização
169 fundiária das comunidades quilombolas. A **Conselheira Alessandra Velloso** explanou sobre
170 projetos como as pontes de acesso às comunidades remanescentes de quilombos do Vale do
171 Ribeira, no município de Monte Alegre-GO, além da instalação de cisternas nos municípios da
172 Bacia do São Francisco, o arranjo produtivo de Vila da Santíssima Trindade, no Mato Grosso, o
173 aprimoramento de capacidades empreendedoras no Pará e capacitação em campo para as
174 comunidades remanescentes de quilombos no Vale do Ribeira, no município de Iporanga, São
175 Paulo. A **Conselheira Martha Rosa F. Queiroz** fez um informe sobre a atuação da **Fundação**
176 **Palmares** junto às comunidades quilombolas. O **Conselheiro Cláudio Domingos**
177 **Iovanovitchi** questionou a dificuldade dos ciganos em obterem registro de nascimento e
178 informou que passou ao Dr. Fassarella a idéia da criação de uma cooperativa afro—cigana. O
179 **Sr. Everaldo Conceição Duarte** propôs uma correção na proposta de ampliar espaço para

180 novas políticas da religião de matriz africana, pois, no seu entender, não há nenhuma política
181 em andamento nesse sentido, portanto o termo correto seria implementar e não ampliar. A
182 **Subsecretaria de Ações Afirmativas Maria Inês Barbosa** respondeu ao **Sr. Everaldo**
183 **Conceição Duarte** apontando políticas recentemente implementadas pelo governo no sentido
184 de ampliar a regularização de terreiros em Salvador, além de afirmar existirem muitas outras
185 políticas em andamento. A **Conselheira Lylia da Silva Guedes Galetti** informou a criação de
186 uma Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais,
187 coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Informou também
188 que no mês de outubro foi realizado o I Encontro das Comunidades Tradicionais, que teve
189 como objetivo rever o decreto 27 de dezembro, principalmente com relação à conceituação
190 de quem é que o público, em termos da ampliação, classificação, controle social e definição
191 dos representantes que teriam assento no Conselho. Naquela ocasião também se aprovou
192 resolução no sentido de se criar unidades de conservação em áreas onde existem
193 historicamente populações de povos tradicionais. O **Conselheiro Ronald Siqueira Barbosa**
194 solicitou que a Seppir, estabelecesse os temas que são prioritários e quais as ações do
195 governo são compatíveis com esses temas, para que se possa fazer um trabalho sistemático e
196 ter um passo firme em relação às ações que são desenvolvidas pelo próprio governo e o
197 atendimento aos anseios e interesses da sociedade como um todo. A **Conselheira Lúcia**
198 **Maria Xavier de Castro** corroborou a preocupação do Conselheiro Ronald Siqueira Barbosa e
199 disse reconhecer o esforço da Seppir em fazer uma campanha pela diversidade, mas não é
200 uma campanha contra o racismo. Quanto à questão das populações urbanas, afirmou que as
201 populações negras estão nos centros urbanos e não estão no meio rural, expostas à violência,
202 discriminação, falta de condições básicas de vida e dificuldade de acesso aos serviços básicos,
203 portanto é fundamental pensar em uma estratégia para elas. E questionou o fato de se
204 considerar o Estado brasileiro como laico e as diversas situações de violência por que passam
205 as comunidades tradicionais, sem que se tome nenhuma providência. Finalizou questionando a
206 proposta do governo de abater no imposto de renda os valores pagos em encargos sociais das
207 trabalhadoras domésticas. Na sequência foi dada a palavra à **Subsecretaria de Ações**
208 **Afirmativas Maria Inês**, que respondeu à Conselheira Lúcia dizendo se tratar de uma proposta
209 ainda em fase de análise, mas no Brasil 75% das trabalhadoras não têm carteira assinada, e o
210 papel da Seppir é o de encontrar soluções e não buscar problemas. A Secretária **Oraida Abreu**
211 propôs que, face do esvaziamento do plenário, a exposição do Secretário-Adjunto Douglas
212 fosse adiada para o dia seguinte. Em seguida, passou a palavra para a **Conselheira Martha**
213 **Rosa F. Queiroz**, que questionou se a fala do Conselheiro Cláudio com relação à preocupação
214 com as comunidades ciganas seria uma proposição e se a fala da Conselheira Lúcia seria uma
215 reflexão ou proposição. Disse que a Seppir deveria pensar uma campanha contra o racismo, e
216 repensar o conceito de que o Estado brasileiro é laico, além de dar maior atenção à questão do

217 abatimento no imposto de renda dos benefícios das trabalhadoras domésticas, no sentido de
218 evitar medidas protecionistas para o grupo patronal. A **Conselheira Deise Benedito** informou
219 ter dado nova redação a sua proposta no sentido de elaborar um censo para identificar o
220 número de policiais negros e mulheres negras nas penitenciárias e identificar o número de
221 funcionários públicos negros que atuem nesses estabelecimentos, além de criar um programa
222 de capacitação e projetos alternativos no que se refere às relações dentro das prisões, além de
223 incentivar e apoiar seminários sobre racismo institucional em órgãos públicos.. Na seqüência
224 foi dada a palavra ao **Dr. Trindade**, que rebateu as falas dos Conselheiros Deise, Ronald
225 Siqueira Barbosa Cláudio e Lúcia afirmando que elas até acrescentam, devem ser dialogadas,
226 portanto devem ser incluídas na agenda, mas tudo o que foi discutido falta ser encaminhado e
227 isso será feito da melhor forma possível. A Secretária **Oraida Abreu** apelou aos participantes
228 que chegassem no horário para a reunião do dia seguinte e encerrou os trabalhos. Na
229 abertura da reunião do dia 3 fevereiro, a **Secretária Oraida Abreu** fez alguns esclarecimentos
230 sobre a ausência justificada e passou a coordenação dos trabalhos para a **Ministra Matilde**
231 **Ribeiro**. **ITEM III CONFERÊNCIA DAS AMÉRICAS.** O **Secretário-Adjunto Douglas Martins**
232 **de Souza**, fez informes sobre a Conferência das Américas, esclarecendo que será realizada no
233 Brasil, com o apoio da sociedade civil internacional, ONU, OIT e PNUD, com a participação de
234 400 delegados, com foco no acolhimento das ações afirmativas como políticas decorrentes do
235 princípio da igualdade, que figura em todas as constituições do continente, sendo prevista para
236 março uma reunião do comitê internacional. Disse ainda que a coordenação da reunião tem
237 como secretário-executivo o Sr. Ivanir dos Santos e conta com a participação da companheira
238 Nilza Iraci e por determinação da ministra foram feitas duas reuniões com os dois para colher
239 informações sobre o plano de trabalho da secretaria-executiva. O **Conselheiro Ronald**
240 **Siqueira Barbosa** questionou a possibilidade de o Brasil, por contribuir com mais recursos que
241 outros países, pleitear um número maior de representantes e a **Conselheira Mônica Oliveira**
242 sondou a existência de um site que desse informações mais detalhadas sobre a reunião e
243 disse, quanto à questão levantada pelo Conselheiro Ronald Siqueira Barbosa, que a solicitação
244 feita por ele seria injusta, visto que alguns países não têm recursos financeiros para tanto, o
245 que os levaria a ficar fora da conferência. Em seguida o **Secretário-Adjunto Douglas Martins**
246 **de Souza**, respondendo à pergunta da **Conselheira Mônica Oliveira**, disse que o site é de
247 responsabilidade da sociedade civil, está em construção no momento e dentro de alguns dias
248 haverá uma resposta nesse sentido. Quanto à questão da participação dos delegados,
249 levantada pelo Conselheiro Ronald Siqueira Barbosa, disse tratar-se de uma questão delicada,
250 pois acabaria por retirar alguns países da conferência. Na seqüência, a **Ministra Matilde**
251 **Ribeiro** informou que o governo brasileiro está buscando recursos para a realização da
252 conferência junto a organismos brasileiros e à sociedade civil internacional e propôs seja
253 realizada reunião com o secretário-executivo da conferência, Ivanir Santos e Nilza no dia 21 de

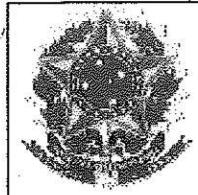
254 fevereiro e solicitou que eles estivessem na próxima reunião do Cnpir, em março, além de
255 sugerir que a sociedade civil brasileira tenha autonomia para fazer contatos diretos com a
256 secreta –executiva da conferência. Em seguida, a ministra fez um informe sobre os temas
257 debatidos na reunião do dia anterior, para as pessoas que não puderam dela participar. ITEM
258 **IV REFLEXÕES SOBRE PROCESSOS DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS E POLÍTICAS DE**
259 **GOVERNO.** O Ministro Luiz Dulci, que fez uma exposição sobre as realizações do Governo
260 Lula no campo das políticas sociais em comparação com os governos anteriores,
261 demonstrando que em muitos casos os resultados atuais foram os maiores no decorrer de 25
262 anos. Falou também sobre as políticas de governo voltadas especificamente para os
263 afrodescendentes e fez um breve histórico sobre a criação da Seppir. A Ministra Matilde
264 Ribeiro assumiu a coordenação dos trabalhos, agradeceu ao ministro Luiz Dulci pela
265 exposição e ressaltou o apoio da Secretaria-Geral da Casa Civil da Presidência da República
266 às políticas da Seppir, com ênfase na questão da audiência das duas marchas com o
267 Presidente. O Ministro Luiz Dulci agradeceu e desejou bom trabalho para todos. A Ministra
268 Matilde Ribeiro fez uma breve exposição sobre o Plano Nacional de Política Racial e também
269 sobre a transversalidade nas políticas públicas, além de citar o Fórum Internacional de
270 Promoção de Igualdade Racial e a criação de convênios estaduais para políticas de educação
271 e saúde. Em seguida despediu-se e retirou-se do plenário. A Subsecretária de Ações
272 Afirmativas Maria Inês Barbosa assumiu a coordenação dos trabalhos falando sobre o plano
273 em elaboração, com ênfase para a composição de um GTI. Na seqüência foi dada a palavra ao
274 Conselheiro Ronald Siqueira Barbosa que iniciou sua exposição trazendo informação sobre o
275 Grupo de Trabalho Interministerial. Em seguida discorreu sobre as ferramentas utilizadas para
276 a execução do seu trabalho e fez uma curta explanação sobre o Plano Nacional de Igualdade
277 Racial. E informou que o Ministério da Justiça trata de doze temas, com ênfase nas questões
278 da população indígena e da mulher negra. A Subsecretária de Ações Afirmativas Maria Inês
279 Barbosa explanou rapidamente sobre o processo de construção da Conapir e a chegada ao
280 relatório final. Em seguida falou sobre os doze eixos da conferência, com ênfase nas questões
281 de saúde e educação e listou as contribuições do GTI, com ênfase na temática social e
282 segurança alimentar e destaque para o Programa Saúde da Família, além do focar a melhoria
283 da qualidade de vida dos grupos étnicos e promoção da equidade racial. Após o intervalo para
284 o almoço, a Secretária Oraida Abreu abriu os trabalhos e passou a palavra ao Dr. Fábio
285 Teixeira, da ouvidoria da Seppir, que fez breve exposição sobre os trabalhos da comissão
286 destinada a acompanhar os casos do orkut racista e da discriminação ocorrida no Hotel Bay
287 park. Em seguida o Conselheiro Cláudio Domingos Iovanovitchi fez um protesto sobre a
288 falta de ação em relação às questões ciganas e questionou o fato de o Tribunal de Contas ter
289 julgado à revelia a entidade que ele representa, condenando-a ao pagamento de multa sob a
290 alegação de não ter prestado contas devidamente. O conselheiro Emir Saleh Mourad fez

291 coro às palavras do Conselheiro Cláudio, quanto à falta de ação em relação às etnias e disse
292 considerar muito sério a questão do orkut. A **Conselheira Deise Benedito** cobrou do Dr. Fábio
293 postura a respeito da minissérie JK, que, segundo ela, agride as mulheres negras dentro do
294 seu contexto dramatúrgico. A **Conselheira Alessandra Velloso** questionou o fato de não
295 tomar conhecimento de algumas denúncias, se referindo ao caso de uma estudante da
296 periferia de Brasília. O **Conselheiro Sidnei Sousa Costa** informou que as mesmas
297 discriminações veiculadas na Internet ocorrem com a comunidade GLTB e que em Curitiba a
298 Polícia Militar encaminhou denúncias para a secretaria, que as enviou para a Polícia Federal,
299 quando houve entendimento de se designar um delegado federal para acompanhar esses
300 casos, culminando com a prisão de algumas pessoas. Quanto à questão levantada pelo
301 Conselheiro Cláudio, disse que a secretaria está estudando uma saída. O **Dr. Fábio Teixeira**,
302 respondendo à questão JK, disse ser importante o contato direto do Cnpir com o Ministério
303 Público, que tem prerrogativas para cuidar do caso, e que a ouvidoria agiu assim com relação
304 ao caso Bay-Park. O **Conselheiro Ronald Siqueira Barbosa** disse que por ser da Abert,
305 explicou que a questão JK trata-se de um relato histórico, portanto não se pode afirmar ter
306 havido discriminação naquele caso. A **Sra. Rita** informou participar de um grupo que discute a
307 questão do orkut em São Paulo e se disponibilizou a mandar material via e-mail. A Secretária
308 **Oraida Abreu** apelou para a Conselheira Alessandra se o Dr. Fábio poderia responder a sua
309 pergunta por e-mail, dados os detalhes nela contidos. Com relação à questão do Conselheiro
310 Cláudia, disse ela que está sendo feito um esforço concentrado para dar boas respostas às
311 demandas da comunidade cigana. O **Conselheiro João Bosco de Oliveira Borba** informou à
312 Conselheira Alessandra que foi realizada reunião com os ministérios do Esporte, Agricultura e
313 Integração para tratar da questão das áreas protegidas. Assumiu a coordenação dos trabalhos
314 o **Conselheiro João Bosco de Oliveira Borba**, que apresentou proposta sobre a dinâmica de
315 funcionamento das comissões, com a criação de subcomissões funcionando nos estados. Em
316 seguida fez um informe sobre a reunião do Conipe, com destaque para a questão dos
317 Falachas, a primeira comunidade negra que saiu da África e falou também da necessidade de
318 se fazer um vídeo sobre as histórias dos quilombos e de massadas. A Secretária **Oraida Abreu**
319 registrou a presença do Companheiro José Eduardo, de Goiânia. Na seqüência foi dada a
320 palavra à **Conselheira Mônica Oliveira**, que ressaltou a necessidade de dialogar um pouco
321 mais sobre a proposta das comissões, trazida pelo Conselheiro João Bosco e sugeriu que cada
322 comissão acompanhasse as ações no plano de sua área de atuação. O **Conselheiro Ronald**
323 **Siqueira Barbosa** concordou com a Conselheira Mônica Oliveira, mas destacou que não seria
324 apenas tarefa da comissão organizadora. O **Conselheiro Emir Saleh Mourad** lembrou que a
325 comissão organizadora é a única que funcionou até hoje e ressaltou que a comissão palestina
326 apresentou proposta de comissão, que já foi aprovada. O Conselheiro Oliveira se pronunciou
327 considerando boa a proposta de formação das comissões, mas destacou fala da Conselheira

328 Mônica Oliveira, no sentido de que funcionem de maneira mais orgânica. O **Conselheiro**
329 **Sérgio Niskier** concordou com a Conselheira Mônica Oliveira e ressaltou que o momento não
330 é de procurar culpados pelo que não foi realizado, mas de definir objetivos. A **Subsecretária**
331 **de Ações Afirmativas Maria Inês Barbosa** lembrou que um dos próximos passos do plano
332 seria monitorar e avaliar e ressaltou a importância do Conselho no sentido de intervir na
333 dinâmica das políticas públicas, para que não sofra prejuízos. A **Conselheira Mônica Oliveira**
334 ponderou que se as comissões não definirem qual o método de planejamento elas não irão
335 funcionar. Disse também que a conferência é um processo concluído com o relatório final, e
336 que a comissão da Palestina é uma questão à parte. E sugeriu que o Conselho assumisse a
337 tarefa de defender o interesse das populações que o compõem. A **Subsecretária de Ações**
338 **Afirmativas Maria Inês Barbosa** falou das condições de educação da população negra, com
339 ênfase no Prouni. A **Conselheira Deise Benedito** consultou o Conselho sobre a questão da
340 mini-série JK, quanto à possibilidade de entrar com pedido junto ao Ministério Público, ao que a
341 Secretária **Oraida Abreu** respondeu após breve discussão haver a necessidade de um maior
342 detalhamento para que o Conselho possa definir sua posição. A **Subsecretária de Ações**
343 **Afirmativas Maria Inês Barbosa** lembrou a existência de doze eixos temáticos e que há se
344 trabalhar em torno do plano em si, e que, uma vez o plano elaborado o próximo passo é o de
345 monitorar e avaliar, além de ressaltar a importância do conselho na dimântica das políticas
346 públicas. A **Conselheira Mônica Oliveira** reforçou a necessidade de se fazer reuniões
347 presenciais, ao invés de serem pela Internet. Afirmou que o processo da conferência foi
348 concluído com o relatório final, mas a questão da comissão palestina é fruto de outro processo
349 e não se pode misturar as comissões, elas estão sendo subutilizadas, e a atuação se dá de
350 forma precária.

351 O **Conselheiro Everaldo Conceição Duarte** questionou o esvaziamento das reuniões e a falta
352 de comunicação entre os conselheiros durante os trabalhos e propôs que as próximas reuniões
353 fossem realizadas no próprio hotel, em ambiente mais descontraído, propiciando assim um
354 maior entrosamento, ao que a **Secretária Oraida** rebateu, alegando que havia a questão de
355 custos, além de fugir dos objetivos das reuniões. A **Subsecretária de Ações Afirmativas**
356 **Maria Inês Barbosa** falou sobre as condições de educação da população negra, do prouni, e
357 cotas nas universidades. O **Conselheiro João Bosco de Oliveira Borba** fez proposta no
358 sentido de que as pesquisas das falácia sejam feitas pela Anceabira e Conibe. O **Conselheiro**
359 **Sidnei Sousa Costa** alegou que para a aprovação da proposta ela deveria ser mais específica,
360 em função de se tratar de um documento histórico. A **Conselheira Martha Rosa F. Queiroz**
361 disse que no projeto de pesquisa também deveria ser especificada a participação do Conselho.
362 Na seqüência, o **Conselheiro Cláudio Domingos Iovanovitchi** expôs proposta de se criar
363 uma cooperativa afro-cigana, explicando que algumas mulheres negras não podem trabalhar
364 fora, porque o marido bebe e ela tem de cuidar da casa, e poderiam ser uma excelente mão-
365 de-obra na fabricação de lençóis em casa, que as ciganas venderiam de porta em porta. O
366 **Conselheiro Eduardo Oliveira** disse concordar com a cooperativa, apenas ressalvando que
367 ela tivesse o nome de cooperativa cigano afro-brasileira. A **Conselheira Regina Adami**
368 ponderou que os projetos têm de ser aprovados pela secretaria de planejamento da Seppir, no
369 que foi apoiada pela **Conselheira Martha Rosa F. Queiroz**, que disse que os intercâmbios
370 culturais são válidos, mas há de se ter o cuidado de não assumir algumas posições históricas

371 em detrimento de outras. A **Subsecretária de Ações Afirmativas Maria Inês Barbosa**
372 ressaltou haver uma série de programas governamentais nos quais a proposta poderia ser
373 inserida, e se deveria deter mais em consultas a alguns ministérios que poderiam encampar a
374 ação. A **Conselheira Deise Benedito** ponderou não se tratar de preconceito, mas que ela
375 entendia que a relação poderia ser mudada, com as ciganas costurando e as mulheres negras
376 vendendo de porta em porta. A **Secretária Oraida Abreu** afirmou ter entendido que a
377 deliberação sobre a proposta era no sentido de que o Conselho não era o espaço adequado
378 àquela discussão e já foram apresentadas as possibilidades de encaminhamento. Quanto à
379 questão da comissão palestina, ponderou a secretária que fosse definido o quinto nome para
380 constituí-la, além de definir data para reunião: O **Conselheiro Emir Saleh Mourad** indicou o
381 nome da Conselheira Lúcia. A **Secretária Oraida Abreu** informou haver na página da Seppir
382 um Cnpir e informou também que o Professor Kaben e a Conselheira Neide justificaram
383 ausência. E ressalvou ser necessário rever pendências para que se pudesse marcar a reunião
384 da comissão palestina. Informou ainda que houve alguns problemas com os Conselheiros
385 Flávio e Edson, em relações aos seus bilhetes aéreos e reforçou mais uma vez a necessidade
386 dos conselheiros apresentarem seus bilhetes, enviando-os via Sedex. O Dr. Fassarella sugeriu
387 que na próxima reunião se convocasse o Ministério das Relações Exteriores para uma reunião
388 sobre a questão do Haiti. O Conselheiro **João Carlos Pio de Souza** sugeriu que para a
389 próxima reunião fosse feita antes uma reunião dos conselheiros. A **Secretária Oralida Abreu**
390 disse que a proposta do Conselheiro João Carlos Pio de Souza não inviabilizava
391 encaminhamento feito anteriormente pela Conselheira Mônica, e comunicou que a pauta da
392 reunião estava vencida e provavelmente haveria reunião extraordinária para apreciar o plano,
393 mas que seria enviada via e-mail para sugestões. Comunicou que o Conselheiro Sérgio teve de
394 sair mais cedo mas deixou saudação para todos **ENCERRAMENTO** — Nada mais havendo a
395 tratar, o Secretário-Adjunto **Douglas Martins de Souza** encerrou os trabalhos da 10ª Reunião
396 Ordinária do CNPIR, lavrou-se a presente Ata, que depois de aprovada será assinada pela
397 Presidente do Conselho, Senhora Ministra Matilde Ribeiro e rubricada pelos demais
398 Conselheiros, para que se produza o seu efeito legal.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

10ª Reunião Ordinária
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial -CNPIR

Data: 02 e 03/02/2006

Local: Auditório Térreo – Bloco “A” — Esplanada dos Ministérios – Brasília-DF

PAUTA

Data: 02/02/2006

Manhã: —

10:00h Abertura da Reunião

10:30h Balanço das Políticas de Governo 2003/2005 e Perspectivas para 2006

Expositores:

• Ministra Nilcéa Freire — Políticas para Mulheres

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM

• João Domingos Fassarella — Políticas Sociais

Secretário Executivo Adjunto – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

• **Coordenação:** *Ministra Matilde Ribeiro*

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

12:30h Almoço

Tarde: —

14:00h Reflexão sobre as Políticas de Promoção da Igualdade Racial

• Grupo I — Comunidades Tradicionais

Coordenação: Carlos Trindade — Subsecretário de Comunidades Tradicionais – SEPPIR;

• Grupo II — Políticas de Ação Afirmativa

Coordenação: Maria Inês Barbosa — Subsecretária de Ações Afirmativas -SEPPIR;

15:30h Intervalo

15:45h Apresentação dos Grupos e Debates

Coordenação: Oraida Abreu -- Secretária Executiva e Conselheiro/CNPIR

16:45h Encaminhamentos Gerais

Coordenação: Carlos Trindade, Maria Inês e Oraida Abreu

17:30h Conferência das Américas

Douglas Martins de Souza — Secretário Adjunto – SEPPIR

18:00h Encerramento